

Sarney revelará o legado dos

Governos anteriores

O GLOBO Quarta-feira, 17/1/85

O PAIS • 5

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney disse ontem aos Líderes do Governo e ao Presidente do PMDB que manterá como prioridade absoluta do Governo o combate à inflação. Ele ressaltou que essa diretriz, contudo, não poderá impedir a adoção de medidas na área social, que gerem empregos e melhorem as condições de vida dos trabalhadores.

Sarney combinou com os Líderes que fará um pronunciamento, em data oportuna, apresentando um balanço da situação do País, herdada dos governos anteriores. O mesmo balanço deverá ser feito pelos Líderes em discursos na Câmara e no Senado.

A conversa de Sarney com os Líderes aconteceu durante o almoço, ontem, no Palácio do Jaburu. Participaram, a convite do Presidente, o Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, os Líderes na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Humberto Lucena, e o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães.

Segundo Lucena, o Presidente disse que o Governo está enfrentando

imensas dificuldades na área econômico-financeira, observando, por exemplo, que pouca coisa está podendo ser realizada no encaminhamento da renegociação da dívida externa. Sarney manifestou também muita preocupação com o crescimento contínuo do déficit do setor público.

Fernando Henrique disse que o almoço foi informal, com a participação de parentes do Presidente. Sarney fez uma avaliação dos 32 primeiros dias de Governo da Nova República e explicou que está consciente dos compromissos e deveres da Aliança Democrática.

A questão político-institucional também foi discutida. Sarney afirmou que sua decisão é prestigiar e consolidar a Aliança Democrática. Os líderes concordaram com ele, lembrando que este não é o momento para se discutir a ampliação da Aliança.

O pronunciamento que Sarney fará deverá ser interpretado como indicação de que o Presidente se considera livre da interinidade a que se comprometeu obrigado pelo drama pessoal do Presidente Tancredo Ne-

ves. Segundo Fernando Henrique, o Presidente está assumindo plenamente e desembaraçadamente o comando do Governo e os efeitos dessa atitude serão sentidos brevemente.

O discurso do Presidente terá um relato da situação de cada área do Governo, encomendado por Sarney aos Ministros. O Presidente pretende afirmar que o compromisso do Governo é com o programa e o legado do Presidente Tancredo Neves, que, em essência, preconiza a retomada do desenvolvimento econômico e social e o resgate dos compromissos internacionais sem o comprometimento da soberania nacional.

O Governo deve dar até 15 de junho, dentro do prazo de 90 dias estipulado por Tancredo na primeira reunião ministerial, uma solução para o desemprego, o endividamento externo e os déficits, que ainda estão sendo levantados.

Ao dar a informação, o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, disse que discutiu ontem o assunto com Sarney. Conversaram também, segundo ele, sobre o estado de saúde de Tancredo.

Ministros querem ações imediatas para marcar a presença do Governo

BRASÍLIA — O Governo precisa desencadear ações que marquem de fato a Nova República e mantenham a credibilidade e a esperança popular no novo Governo. Esta é a opinião de Ministros do PMDB, que defendem atitudes imediatas, como a convocação agora da Constituinte para 1986 e as reformas políticas e sociais.

Estes são alguns dos temas a serem abordados na reunião ministerial de sexta-feira e deverão ser apresentados pelos Ministros dos Transportes, Afonso Camargo, da Justiça, Fernando Lyra, da Agricultura, Pedro Simon, e da Saúde, Carlos Santana, que vêm mantendo conversas informais para debatê-los.

Os Ministros consideram que a longa interinidade do Presidente em

exercício José Sarney não impede a adoção dessas medidas. Pelo contrário, elas representariam o início do cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral.

A opinião predominante é que se deve transmitir ao povo a segurança de um Governo de fato, sem risco de golpe, e de que a Constituição vigente será observada, mas que mudanças urgentes podem ser feitas antes mesmo da Constituinte.

Os Ministros acham essenciais a apresentação de emendas que devolvam as prerrogativas do Legislativo e acabem com a aprovação de projetos por decurso de prazo, a revogação das leis Fleury e Falcão e um reexame profundo da Lei de Segurança Nacional, para adequá-la aos novos tempos.

Reunião pode ser adiada outra vez

BRASÍLIA — A reunião do Ministério convocada para sexta-feira só se realizará se não houver alteração no estado de saúde do Presidente Tancredo Neves, segundo informaram ontem os Líderes do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Pimenta da Veiga.

Os Ministros nesse encontro deverão apresentar ao Presidente José Sarney relatórios sobre a situação de suas áreas. Estas informações serão depois usadas por Sarney no primeiro pronunciamento que fará a Nação, através de rede de rádio e televisão.

Sarney deverá dizer aos Ministros que o prolongamento da sua interinidade o obriga a adotar medidas efetivas de Governo, amparadas nos compromissos da Aliança Democrática.

Pimenta considera desnecessária renúncia coletiva dos Ministros

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, considerou ontem desnecessária a renúncia coletiva dos Ministros em caso de impedimento definitivo do Presidente Tancredo Neves. Na sua opinião, a atitude seria "um excesso de ética" e não há qualquer razão de natureza política ou administrativa que a justifique.

Segundo Pimenta da Veiga, os Ministros devem continuar nos seus cargos, pois estão desempenhando bem suas funções administrativas e políticas. O Líder acha que o Governo deve manter a marca de Tancredo Neves, representada também pelos Ministros, e que o Presidente José Sarney já está completando o Governo com as nomeações no segundo e terceiro escalões.

— É muito importante que a opinião pública saiba que o Presidente Sarney pretende dar seguimento às idéias e projetos do Presidente Tancredo. Uma forma muito boa de fazer isto é manter seu Ministério — afirmou o Líder.

Pimenta prevê modificações no Ministério apenas para maio do próximo ano, quando se encerra o prazo de desincompatibilização para as eleições de novembro, nas quais di-

versos Ministros deverão se candidatar.

Apesar da previsão do Líder o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, após despachar com Sarney, declarou ontem disposto a colocar o cargo à disposição, em caso de impedimento de Tancredo, mas destacou que se nega a raciocinar a partir da hipótese de morte do Presidente eleito.

— O cargo não me pertence. Cumprirei meus deveres éticos — disse Costa Couto.

O Ministro da Agricultura, Pedro Simon, também disse ontem que colocará o cargo à disposição. Segundo ele, esta decisão é uma questão de ética que, na sua opinião, deverá ser tomada pelos outros ministros.

O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, não quis fazer comentários sobre a reformulação do Ministério.

— O Presidente Tancredo Neves está vivo, naturalmente que no seu leito de dor, e a homenagem e respeito que todos nós devemos a ele nos obriga que neste momento não façamos nenhum comentário — afirmou Aureliano.

O Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, também se

tem recusado insistentemente a abordar a questão. Ele observou apenas que o cargo de Ministro pertence ao Presidente da República.

● O Ministro da Educação, Marco Maciel, negou ontem que tivesse defendido uma reforma ministerial, como o jornal "O Estado de São Paulo" divulgou ontem, destacando que, no momento, o Presidente em exercício José Sarney cumpre rigorosamente o programa de Governo do Presidente Tancredo Neves.

— Não vejo por que alterar alguma coisa nesse instante. Nunca defendi reforma ministerial, mesmo porque o Presidente em exercício executa o programa da Aliança Democrática e os compromissos firmados com a nação — disse.

Sobre um novo pacto político para apoiar Sarney, o Ministro da Educação observou que, ao lado da grande corrente humana que se formou no País inteiro em torno do restabelecimento da saúde de Tancredo, formou-se também uma grande solidariedade política em favor do Presidente em exercício, para que ele responda aos desafios que estão sendo colocados.

Quanto à participação de outras forças no Governo, não incluídas atualmente na Aliança Democrática, Maciel disse que a pergunta extrapolava o seu horizonte de definição política, porque Sarney trata correta e adequadamente dos problemas com o apoio de que já dispõe.

Para Magalhães, haverá reforma do Ministério

RECIFE — O Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, considerou ontem inevitável uma reforma parcial no Ministério para que o Presidente José Sarney possa colocar em pastas estratégicas pessoas da sua absoluta confiança, caso se confirme o impedimento definitivo de Tancredo Neves. Ele considera como pastas estratégicas aquelas cujos atuais titulares foram fruto de escolha pessoal de Tancredo.

Magalhães justificou o seu ponto de vista afirmando que o Ministério teve como base não o compromisso com pessoas, mas o programa da Aliança Democrática, solenemente firmado por Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Marco Maciel. Por

isso, ele não tem dúvida de que esse compromisso será mantido, mesmo que Sarney promova uma reforma parcial no Ministério. Lembrou que Sarney, "que é suficientemente experiente para compor um sistema de forças que lhe dê tranquilidade no Governo", já admite até ampliar a sua base de apoio no PDS e no PDT, para que se componha efetivamente um Governo de coalizão.

— O próprio Sarney já está credenciado para essa tarefa, na medida em que, durante esses 30 dias de funcionamento da Nova República, se houve com absoluta correção e equilíbrio em relação aos compromissos assumidos publicamente pelo Presidente Tancredo Neves — disse.

Vice-líder do PDS quer novos juramento e posse

BRASÍLIA — O Vice-Líder do PDS, Deputado Jorge Arbage (PA) afirmou ontem em plenário que, para ser efetivado no cargo de Presidente da República, José Sarney terá que se apresentar perante o Congresso Nacional para prestar novo juramento. Segundo Arbage, Sarney foi empossado como Vice-Presidente e ocupa a Presidência em caráter interino por causa do motivo de for-

ça maior que impediu a posse de Tancredo Neves no prazo de dez dias estipulado pela Constituição.

Na opinião do Vice-Líder do PDS, qualquer outra alternativa que não seja a declaração de vacância pelo Congresso Nacional e a posse e juramento de José Sarney como Presidente da República fugirá ao espírito da Constituição em vigor.